



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

<b>PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA</b> <b>DATA: 10 DE JUNHO DE 2019</b> <b>DURAÇÃO: 02 HORAS</b> <b>INÍCIO: 13:30h TÉRMINO: 15:30h</b>	<b>Local da prova:</b>  <b>Escola Municipal João Ziulkoski Filho</b>
<b>Nome legível do candidato:</b>  _____	  _____ <b>Assinatura do candidato</b>

**LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES**

- 1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 30 minutos iniciais.**
- 2. A prova consistirá de 20 questões com quatro alternativas ( A, B, C e D), das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão-resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Utilize somente caneta de tinta azul ou preta.**
- 3. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.**
- 4. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos, tais como: régua de cálculo, dicionário, máquina de calcular, aparelho celular e outros similares, bem como qualquer outro material de consulta.**
- 5. Ao terminar, entregue ao fiscal a prova e o cartão-resposta assinado, que é o único documento válido para correção.**
- 6. Esta prova terá duração de 02 horas, com início às 13:30h e término às 15:30h.**



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

PROVA OBJETIVA: Este caderno de prova contém 20 (vinte) questões, numeradas de 01 a 20, todas com 04 (quatro) alternativas. Verifique se o caderno está completo ou se há imperfeições. Nesses casos informe, imediatamente, ao fiscal.

01. A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre:

- A. ( ) O sistema de controle de menores abandonados, pervertidos e delinquentes;
- B. ( ) A doutrina da “situação irregular”;
- C. ( ) A caridade e a assistência em benefício de crianças e adolescentes carentes;
- D. ( ) A proteção integral à criança e ao adolescente.

02. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º, estabelece a absoluta priorização na efetivação de direitos infanto-juvenis. Essa garantia de prioridade não compreende:

- A. ( ) A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- B. ( ) A precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- C. ( ) A preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- D. ( ) A destinação de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

03. São atribuições dos Conselhos Tutelares:

- A. ( ) O assessoramento ao Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- B. ( ) O acompanhamento de depoimentos de adolescentes acusados da prática de ato infracional em sede de inquéritos policiais;
- C. ( ) O fornecimento, quando solicitado pelo gestor escolar competente, e por motivo de força maior comprovado, de autorização para matrícula escolar em horário defeso em Lei;
- D. ( ) A celebração de acordos de guarda, tutela, pensão alimentícia, visitas parentais e partilha de bens móveis.

04. NÃO é atribuição dos Conselhos Tutelares:

- A. ( ) A suspensão ou destituição do poder familiar;
- B. ( ) O atendimento a crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- C. ( ) O atendimento e aconselhamento a pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- D. ( ) A providência da medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

05. O ECA previu, como direito específico para crianças e adolescentes em situação de deficiência, EXCETO:

- A. ( ) O recebimento de atendimento de saúde especializado, por intermédio do Sistema Único de Saúde;
- B. ( ) Atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;
- C. ( ) A proteção no trabalho;
- D. ( ) A não incidência de medidas socioeducativas restritivas de liberdade para adolescentes portadores de doença ou deficiência mental.

06. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consagrou no Brasil a doutrina da proteção integral, já incorporada pela Constituição Federal de 1988, pela qual as crianças e os adolescentes têm a garantia de uma gama de direitos fundamentais, restando protegidos de situações de vulnerabilidade. Dentro dessa perspectiva, no que diz respeito à proteção integral e aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta.

- A. ( ) Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no ECA, endereçados às crianças e aos adolescentes, não são de observância obrigatória.
- B. ( ) A família não tem o dever de garantir os direitos fundamentais endereçados às crianças e aos adolescentes; esse dever é do Estado.
- C. ( ) As crianças e adolescentes são os titulares dos direitos fundamentais previstos em lei, ao contrário do que acontecia no passado quando eram tratados como objetos de direito.
- D. ( ) As crianças e os adolescentes, que estão sob o poder familiar dos pais, sujeitam-se às ordens e determinações dos pais, não podendo questionar as deliberações dos pais, independentemente de quais forem, nem os pais podem ser questionados no exercício do poder familiar.

07. Outro direito assegurado aos adolescentes é o direito à profissionalização, para isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece regras rígidas com relação ao trabalho na menoridade, não podendo ser tolerada a exploração do trabalho infantil, tendo o Conselho Tutelar importante papel para coibir o trabalho nessas condições. Sobre o trabalho dos adolescentes é possível a afirmação da alternativa:

- A. ( ) Independentemente do trabalho que for, sendo o adolescente maior de 16 anos e estando a estudar, poderá trabalhar livremente.
- B. ( ) Não é permitido o exercício de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, mesmo na condição de aprendiz.
- C. ( ) Os maiores de 18 anos podem trabalhar como aprendizes, recebendo adicional de insalubridade no caso de trabalho insalubre, não se admitindo o trabalho sem os equipamentos de proteção.
- D. ( ) É possível o trabalho a partir dos 14 anos, desde que não seja noturno, perigoso ou insalubre e na condição de aprendiz.



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

08. É preocupação do ECA estabelecer regras de prevenção endereçadas às crianças e adolescentes, a fim de evitar situações de vulneração de direitos, incluindo-se aí informações, viagens, participação em diversões e espetáculos, bem como quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, o que também, invariavelmente, exige a participação efetiva do Conselho Tutelar. Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- A. ( ) Adolescentes não podem participar de bailes e festas noturnas, desacompanhados dos pais ou responsáveis.
- B. ( ) Adolescentes podem livremente fazer apostas em casas lotéricas, a exemplo de mega sena, loterias, etc.
- C. ( ) É possível a venda de bebidas alcoólicas para adolescentes, desde que eles estejam autorizados pelos pais para beber.
- D. ( ) Adolescentes podem viajar para outras cidades, utilizando ônibus, desacompanhados dos pais, sem a necessidade de ordem judicial.

09. Entre os direitos fundamentais previstos no ECA está o “direito à convivência familiar e comunitária”, restando assegurada às crianças e adolescentes a possibilidade de terem um desenvolvimento como pessoas em formação, no seio de uma família, que poderá ser a família natural, família extensa ou família substituta, cumprindo ao conselho tutelar atuar como órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, assegurar essa convivência, guardadas as limitações do cargo. Considerando essa realidade, marque a alternativa correta.

- A. ( ) No caso de uma criança que sofra maus-tratos praticados pelos pais, deverá ser acolhida institucionalmente, quando não seja encontrada alguém na família extensa que possa se responsabilizar por ela.
- B. ( ) A retirada da criança ou adolescente do convívio dos pais, com encaminhamento a uma casa de acolhimento institucional, não cabe ao Conselho Tutelar, mesmo nas condições de urgência.
- C. ( ) O Conselho Tutelar, no uso de suas atribuições, pode encaminhar uma criança a uma família substituta.
- D. ( ) A família natural é composta pelos pais, filhos, avós e irmãos.

10. Assinale a alternativa correta.

- A. ( ) A adoção de uma criança ou adolescente poderá ser encaminhada pelo Conselho Tutelar.
- B. ( ) O Conselho Tutelar pode cadastrar casais interessados em adotar e encaminhar crianças aptas à adoção a esses casais.
- C. ( ) A falta de condições financeiras e o fato de um casal ter vários filhos não é razão suficiente para retirar as crianças do lar ou para a perda do poder familiar.
- D. ( ) Quando uma gestante não quer ficar com o filho recém-nascido, ela pode, livremente, entregar a criança a terceiras pessoas que desejem adotá-la, o que deve ter o respaldo do Conselho Tutelar.



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**

**Estado do Rio Grande do Sul**

**SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

11. O ECA prevê para os adolescentes infratores a possibilidade da aplicação de medidas socioeducativas e, para as crianças e adolescentes em situação de vulneração de direitos, a aplicação de medidas protetivas. Dentro desse contexto, é possível afirmar que está correta a alternativa:

- A. ( ) Crianças que venham a cometer atos que, em tese, estão tipificados como crimes (homicídio, furto, etc.) podem sofrer medidas socioeducativas
- B. ( ) Os atos infracionais praticados por crianças estão sujeitos a medidas protetivas, nunca a medidas socioeducativas.
- C. ( ) O Conselho Tutelar pode aplicar medidas socioeducativas e medidas protetivas.
- D. ( ) Tanto as medidas protetivas como as medidas socioeducativas só podem ser aplicadas pelo Poder Judiciário.

12. O artigo 3º (terceiro) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990), referindo aos direitos dos infantes, aponta que a proteção integral da criança e do adolescente abrange: I. Somente os dispositivos expressos no ECA. II. Todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. III. Todas as oportunidades e facilidades com vistas a seu desenvolvimento mental, moral, espiritual e social. De acordo com a proposição dada, marque a alternativa correta.

- A. ( ) Somente a afirmação I é falsa.
- B. ( ) Somente as afirmações I e II são verdadeiras.
- C. ( ) Somente a afirmação III é verdadeira.
- D. ( ) As afirmações I, II e III são verdadeiras.

13. Assinale a alternativa correta quanto à proposição a seguir: Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990) considera-se criança:

- A. ( ) A pessoa com até 11(onze) anos de idade incompletos.
- B. ( ) A pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- C. ( ) A pessoa com até 13 (treze) anos de idade incompletos.
- D. ( ) A pessoa com até 14 (catorze) anos de idade incompletos.

14. Considere o disposto a seguir e assinale a alternativa correta. Dispõe o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990) que a efetivação dos direitos da criança, com absoluta prioridade, cabe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público. Com base no exposto pode-se dizer que tal dever de proteção abrange:

- A. ( ) As instituições não governamentais.
- B. ( ) A Prefeitura Municipal.
- C. ( ) As escolas municipais e estaduais.
- D. ( ) Todos os itens das alternativas anteriores estão corretos.



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

**SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

15. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990), em seus artigos 15 (quinze) e 16 (dezesesseis), a criança e o adolescente - enquanto pessoas humanas em processo de desenvolvimento - têm assegurado o direito à liberdade. Esse direito compreende os seguintes aspectos, exceto o descrito na alternativa:

- A. ( ) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- B. ( ) Buscar refúgio, auxílio e orientação.
- C. ( ) Participar da vida familiar e comunitária.
- D. ( ) Permanecer em logradouros públicos em espaços comunitários, com livre escolha de horário, sem conhecimento ou consentimento dos pais ou responsável.

16. De acordo com o artigo 19 (dezenove) e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990), que tratam do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, são corretas as afirmações seguintes, exceto a da alternativa:

- A. ( ) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai, privados da liberdade, por meio de visitas promovidas pelos responsáveis.
- B. ( ) Os filhos havidos na relação do casamento e os havidos fora da relação do casamento não terão os mesmos direitos.
- C. ( ) Os filhos adotados terão os mesmos direitos e qualificações dos demais filhos.
- D. ( ) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe.

17. O artigo 53 (cinquenta e três) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990) cuida do direito à educação, apontando que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, são assegurados à criança e ao adolescente os seguintes direitos, exceto:

- A. ( ) Direito de serem respeitados por seus educadores.
- B. ( ) Direito de organização e participação em entidades estudantis.
- C. ( ) Direito ao acesso à escola particular subsidiado pelo poder público.
- D. ( ) Direito a contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

18. Sobre a venda de produtos e serviços, o artigo 81 (oitenta e um) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990) estabelece a proibição de venda à criança ou ao adolescente de:

- A. ( ) Bebidas alcoólicas.
- B. ( ) Armas munições e explosivos.
- C. ( ) Bilhetes lotéricos e equivalentes.
- D. ( ) Todos os itens descritos nas alternativas anteriores estão corretos.



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

19. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, previstas no artigo 112 (cento e doze) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990), exceto:

- A. ( ) Prestação de trabalho forçado.
- B. ( ) Obrigação de reparar o dano.
- C. ( ) Prestação de serviços à comunidade.
- D. ( ) Internação em estabelecimento educacional.

20. O artigo 131 (cento e trinta e um) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal n o 8.069/1990) trata de questões atinentes ao Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar, conforme dispõe o artigo 131, “é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”. Sobre o Conselho Tutelar estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:

- A. ( ) Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, além de outros requisitos, a pessoa deve ter idade superior a 21 (vinte e um) anos e residir no município.
- B. ( ) As decisões do Conselho Tutelar não poderão ser revistas pela autoridade judiciária (juiz).
- C. ( ) É atribuição do Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- D. ( ) O Conselho Tutelar, como órgão integrante da administração pública local (Prefeitura), é composto por cinco membros.



**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

**GRADE DE RESPOSTAS**

<b>01</b>	A	B	C	D
<b>02</b>	A	B	C	D
<b>03</b>	A	B	C	D
<b>04</b>	A	B	C	D
<b>05</b>	A	B	C	D
<b>06</b>	A	B	C	D
<b>07</b>	A	B	C	D
<b>08</b>	A	B	C	D
<b>09</b>	A	B	C	D
<b>10</b>	A	B	C	D
<b>11</b>	A	B	C	D
<b>12</b>	A	B	C	D
<b>13</b>	A	B	C	D
<b>14</b>	A	B	C	D
<b>15</b>	A	B	C	D
<b>16</b>	A	B	C	D
<b>17</b>	A	B	C	D
<b>18</b>	A	B	C	D
<b>19</b>	A	B	C	D
<b>20</b>	A	B	C	D





**MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

**CARTÃO RESPOSTA**  
**GABARITO PRELIMINAR**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
D	D	A	A	D	C	D	D	A	C
<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
B	A	B	D	D	B	C	D	A	B